

2015

Lutar ou Lutar!



EDITORIAL

Lutar ou Lutar!

A última parcela do reajuste conquistado com a greve vitoriosa de 2012 será paga em janeiro de 2015. Para 2016 não há previsão de aumento para os servidores públicos. Por isso, a luta por melhores salários e condições de trabalho no próximo ano é inevitável.

Mesmo com a vitória da presidente Dilma Rousseff nas urnas – que tem uma política diferente da que seria aplicada pelo PSDB, que defende o estado mínimo, persegue servidores e prioriza as privatizações –, nós, servidores, precisaremos de muita organização, mobilização e unidade para conquistar o atendimento de nossas reivindicações. O empresário brasileiro e os banqueiros continuarão pressionando o governo para obter mais lucros e retirar direitos dos trabalhadores, apoiados principalmente no novo Congresso eleito, avaliado pelos analistas políticos como o mais retrógrado desde a ditadura militar. Com o escandaloso financiamento empresarial, a bancada sindical perdeu quase a metade de seus membros, enquanto o número de candidatos representantes dos patrões aumentou consideravelmente.

Foi para enfrentar essa nova conjuntura política que a Condsef realizou dias 22 e 23 de novembro uma plenária nacional dos

servidores federais que contou com mais de 400 participantes e aprovou o manifesto da categoria (PÁG. 3) e a pauta de reivindicações, cujo centro é a tabela salarial unificada, baseada nos benefícios da Lei 12.277/10 (Encarte), a qual contempla a maioria dos setores da base do Sindsef-DF, ao mesmo tempo em que mantém a luta daqueles que reivindicam tabelas específicas. Com a demanda unificada, temos condições de no próximo ano organizar uma mobilização ainda mais forte que a de 2012 e, se necessário, promover uma greve nacional do funcionalismo.

Simultaneamente à luta salarial, precisamos desenvolver uma campanha pela Constituinte Soberana e Exclusiva para a Reforma Política, tão necessária para mudarmos as regras eleitorais, visto que, com as atuais, os trabalhadores e o povo estarão sempre sub-representados no Congresso Nacional. Além disso, é imprescindível que saíamos em defesa dos bancos públicos e da Petrobrás e que cobremos com firmeza a apuração de todas as denúncias de corrupção na perspectiva de fortalecer e preservar a Petrobras pública e garantir que as divisas geradas pelo Pré-Sal sejam utilizadas em benefício do povo brasileiro.

**Diretoria do
Sindsef-DF**

ÍNDICE

CAMPANHA SALARIAL 2015

- » SINDSEP-DF E CONDSEF INICIAM ORGANIZAÇÃO DA LUTA PÁG. 3
- » MANIFESTO DA PLENÁRIA NACIONAL DA CONDSEF PÁG. 3

INFORME JURÍDICO

- » SINDICATO CONVOCA OS SERVIDORES DE DIVERSOS ÓRGÃOS PÁG. 4
- » SERVIDORES PRECISAM ATUALIZAR SEUS DADOS PÁG. 4
- » SINDICATO CONVOCA HERDEIROS PÁG. 4
- » MUITAS VITÓRIAS EM 2014 PÁG. 4
- » SINDSEP-DF DISPONIBILIZA PAGAMENTOS DE PROCESSOS DIVERSOS ... PÁG. 5

RETROSPECTIVA 2014

- » **CAMPANHA SALARIAL 2014:** SINDICATO PROMOVE AÇÕES PARA BARRAR ATAQUES AOS DIREITOS DOS SERVIDORES PÁG. 6
- » **CORTE DO PONTO:** ANISTIA DAS HORAS DA COPA PÁG. 7
- » **OPERAÇÃO LAVA JATO:** PUNIÇÃO DOS CORRUPTOS E CORRUPTORES... PÁG. 7

RETROSPECTIVA 2014 – GIRO NOS LOCAIS DE TRABALHO

- » **FNDE:** SINDSEP-DF E ASFNDE ENTREGAM REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES PÁG. 8
- » **MCULTURA E VINCULADAS:** SERVIDORES FICARAM MAIS DE UM MÊS DE GREVE. PÁG. 8
- » **HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS:** EMPREGADOS PÚBLICOS CONQUISTAM ACT, SERVIDORES LUTAM POR PLANO ESPECÍFICO PÁG. 8
- » **APOSENTADOS E PENSIONISTAS:** PARIDADE COM ATIVOS E OUTRAS DEMANDAS EM DEBATE PÁG. 9
- » **INMET:** SERVIDORES REIVINDICAM ENQUADRAMENTO NA CARREIRA DE C&T PÁG. 9
- » **DEMITIDOS DO GOVERNO COLLOR:** SINDICATO MANTÉM MOBILIZAÇÃO PELA REABERTURA DE PRAZO PÁG. 10
- » **AGU:** PLANO DE CARREIRA ESPECÍFICO AINDA EM PAUTA PÁG. 10
- » **MJUSTIÇA/FUNAI:** SERVIDORES SOFREM COM ASSÉDIO MORAL E PERSEGUIÇÕES PÁG. 10
- » **BACEN:** SERVIDORES COBRAM MODERNIZAÇÃO DA CARREIRA DE ESPECIALISTA PÁG. 10
- » **MSAÚDE/FUNASA CEDIDOS:** SERVIDORES DA FUNASA E MINISTÉRIO DA SAÚDE SÃO EXEMPLOS DE LUTA PÁG. 11
- » **INCRA:** GREVE DO SETOR E LUTA PELA EQUIPARAÇÃO SALARIAL COM O IBAMA PÁG. 11
- » **ANISTIADOS/PDVISTAS:** LUTA PELO RETORNO AO SERVIÇO PÚBLICO CONTINUA PÁG. 11

RETROSPECTIVA 2014 – LUTA PELOS ACTs

- » **EBSEH:** TRABALHADORES CONQUISTAM REAJUSTE SALARIAL E DISCUTEM ACT 2015/2016 PÁG. 12
- » **VALEC:** CONQUISTA DO ACT 2013/2014 E NEGOCIAÇÕES PARA NOVO ACORDO PÁG. 12
- » **IMBEL:** PRIMEIRO ACT SERÁ ASSINADO PÁG. 12

ENCARTE

- » **CAMPANHA SALARIAL 2015:** PROPOSTA DE TABELA UNIFICADA ANVERSO
- » **2015:** LUTAR OU LUTAR! VERSO

EXPEDIENTE

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – Sindsef-DF

END.: SBS, Qd. 1, bloco K, Ed. Seguradoras - 3º, 16º e 17º andares – TEL.: 3212-1900/ 9932-4791 – CONSELHO EDITORIAL: Secretaria de Comunicação e Imprensa: Carlos Henrique (coordenador), Fernando Martins Machado e Antônio Carlos Noleto Gama (adjuntos) e Secretaria Geral: Oton Pereira Neves (coordenador), Antonio Clarete de Azevedo e Márcio Oliveira Santos (adjuntos) – JORNALISTA RESPONSÁVEL: Giselle do Valle (DF2361JP) – DIAGRAMAÇÃO: André Filho – FOTOS: Jane Franco – CAPA: Cristiano Porfírio – TIRAGEM: 10.000 – IMPRESSÃO: Brasília Artes Gráficas – Contribua com a elaboração do “Esplanada Geral”. Envie as notícias do seu local de trabalho para imprensa@sindsef-df.com.br - OBS: o Sindsef-DF informa que esta publicação foi fechada no dia 01/12/2014.

■ CAMPANHA SALARIAL 2015

Sindsep-DF e Condsef iniciam organização da luta

Como ficou claro no Editorial “Lutar ou Lutar!” (PÁG. 2), os servidores não têm outra alternativa ano que vem para conquistar o reajuste salarial e o atendimento de suas demandas, a não ser lutar. E para organizar a mobilização dos servidores, a Condsef realizou dias 22 e 23 de novembro a Plenária Nacional com a participação de representantes sindicais de 23 unidades da federação, e que aprovou a seguinte pauta de reivindicações:

1. Política salarial com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
2. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
3. Data base em 1º de maio;
4. Isonomia dos benefícios com o Judiciário, Legislativo e MPU;
5. Imediata retirada dos PLs e PECs que rebaixam direitos dos trabalhadores e precarizam a administração pública;
6. Aprovação dos PLs e PECs que são benéficos aos trabalhadores;
7. Extensão imediata da tabela remuneratória da Lei 12.277/10 para os servidores integrantes do PGPE, CPST, PECFAZ, PECHFA e planos correlatos (Encarte);
8. Incorporação de todas as gratificações;
9. Continuidade das negociações de pautas específicas da base da Condsef;
10. Redução da jornada para 7 horas diárias;
11. Contagem da licença maternidade para efeito do estágio probatório;
12. Conclusão do processo de readmissão dos demitidos do Governo Collor e anistia dos PDVistas do FHC.

Todos os itens que compõem a pauta também foram previamente aprovados pelos servidores lotados no DF, em assembleia-geral do Sindsep-DF, dia 13 de novembro (saiba mais no www.sindsep-df.com.br). A Plenária ainda aprovou um extenso plano de lutas, que incluiu a defesa da Constituinte da Reforma Política; a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que estabelece a negociação coletiva no serviço público; o fim das privatizações e das terceirizações; o fim da criminalização e da perseguição aos servidores que lutam

pelos direitos da categoria; e a luta contra a criação do Sistema Único do Trabalho (SUT) e do Instituto Nacio-

nal de Saúde Indígena (INSI), entre outros (veja o relatório da Condsef na nossa página).

MANIFESTO DA PLENÁRIA NACIONAL DA CONDSEF

Considerando o grave momento vivido pela nação, nós, servidores públicos federais, preparando nossa Campanha Salarial 2015, apresentamos publicamente nossas reivindicações e nossos compromissos.

Apoiamos-nos nas conquistas que alcançamos em décadas de luta, sobretudo nos últimos 12 anos, que são de todo o país. A população trabalhadora, com muita razão, exige mais e melhores serviços públicos, como ficou patente nas manifestações de junho de 2013.

Apoiamos-nos, ainda, em nossa história de luta por liberdade e autonomia sindical, componente essencial da democracia, que defendemos enfrentando e vencendo os anos de chumbo da ditadura militar.

Não admitiremos retrocessos. Somos servidores públicos federais comprometidos com a construção de uma nação livre, soberana e justa.

É com esse norte que levaremos para negociação com o governo o conjunto das nossas reivindicações da Campanha Salarial 2015, aprovadas nos Congressos e plenárias da CONDSEF, das quais destacamos:

- Política salarial com correção das distorções - Reposição das perdas inflacionárias [conforme tabelas CONDSEF]!

- Direito de negociação coletiva (Convenção 151 da OIT)!

- Paridade salarial entre ativos e aposentados e pensionistas!

Como é a tradição da CONDSEF, honramos nossa independência. Saberemos recorrer ao legítimo direito de greve se assim julgarmos necessário para fazer o enfrentamento com o governo, fazer avançar as negociações, para arrancar a satisfação de nossas reivindicações, inclusive combatendo as consequências de uma política de alianças espúrias.

Outrossim, desde já alertamos que nas mobilizações do nosso Plano de Lutas, sempre articuladas unitariamente com todos os setores do funcionalismo público federal, não haverá espaço para os pescadores de águas turvas.

Temos plena consciência de que as atitudes golpistas e as ameaças de desestabilização correspondem aos interesses do capital financeiro imperialista, que pretende subjugar e espoliar a nação brasileira.

Defensores da democracia plena e verdadeira, que respeita o direito de greve dos trabalhadores, que assegura o direito à liberdade de organização e expressão, que reconhece nos distintos partidos políticos a legitimidade para a disputa pelo poder, expressamos nossa exigência de pleno e total respeito aos resultados das eleições presidenciais encerradas em 26 de outubro, que deram a vitória à Presidente Dilma Rousseff.

Condenamos veementemente a campanha de impeachment deflagrada por setores abertamente golpistas, acobertados por velhas e novas raposas da política, que sempre trataram o serviço público e os servidores com desprezo, como “privilegiados”, pregando o “estado mínimo”, as privatizações e terceirizações, que continuamos a combater sem tréguas.

Somamos nossa voz ao chamado da Federação Única dos Petroleiros (FUP) que afirma:

“a FUP já havia ressaltado que as denúncias de corrupção [na Petrobrás] estão diretamente relacionadas com o intenso processo de terceirização em curso na estatal desde os anos 90.

Todas as denúncias de desvios de gestão devem ser rigorosamente apuradas pelos órgãos competentes para que a Justiça possa julgar e punir os culpados.

O que não admitimos é que a empresa continue sendo desmoralizada por setores da sociedade que sempre tentaram enfraquecê-la e seguem fazendo de tudo para se apropriarem de uma das maiores riquezas da nossa nação que é o pré-sal. Não aceitamos também que a Petrobrás continue sendo alvo de uma campanha de criminalização por setores da mídia que agem em consonância com a oposição para tentar arquitetar um golpe que vem sendo ensaiado desde o segundo turno da eleição presidencial.”

Os escândalos, a corrupção, como muitas outras mazelas, decorrem do atual sistema político apodrecido. Junho de 2013 mostrou que a população não se sente representada pelas atuais instituições, que ainda guardam heranças da ditadura.

A resposta necessária é a reforma dessas instituições, para abrir caminho às mudanças que o povo quer: reforma agrária, fim do superávit primário, mais verbas para o serviço público. Por isso participamos da campanha democrática pela Constituinte exclusiva e soberana da reforma política, a ser aprovada em plebiscito convocado por Decreto-Legislativo do Congresso Nacional, conforme o atual ordenamento constitucional.

Atendemos à convocação da CUT-Central Única dos Trabalhadores e estaremos presentes no dia 10. de Janeiro, na posse da Presidente da República para reiterar nossas exigências de melhorias salariais, reafirmar nossos compromissos e nossa disposição de luta.

Defender nossos direitos e conquistas, exigir o atendimento de nossas reivindicações é lutar pela democracia, pela defesa da nação e dos serviços públicos.

Viva a CONDSEF! Viva a luta unitária dos servidores públicos federais!

Pela conquista das nossas reivindicações!

■ AÇÕES DIVERSAS

Sindicato convoca os servidores de diversos órgãos

O Sindsep-DF solicita aos servidores, empregados públicos e anistiados abaixo relacionados que entrem em contato com a Secretaria de Assuntos Jurídicos (3212-1928 ou 3212-1900) para resolver pendências em ações judiciais diversas.

Adenaldo Pereira de Castro – FUNASA
Adenauer Malaquias Damasceno – FUNASA
Almiro Machado dos Santos – IN
Antonio Dias Neto – MEC
Antonio Pereira de Jesus – MS
Ariadna de Oliveira Lima Coutinho – MEC
Auxiliadora Cabrine Toledo – HFA
Benevenuto Nunes Filho – MEC
Braz Pereira de Araújo – FUNASA
Cícero Antônio de Carvalho – ABIN
Cícero Carlos Stein Maia – MDS
Claudio de Souza Alves – MEC
Cleusa Guelardi do Nascimento – MJ
Cleusa Maria de Morais Gonçalves – HFA
Dary Barreto Souza – FNDE
David Mota de Castro – INSS
Denisia Vieira de Souza – COMAR
Deusino Lustosa Fonseca – DNOCS
Divino Miranda Jeronymo – CONAB
Edvaldo Mariano Ferreira – MF
Eliana Maria Lopes – ANISTIADO
Elisabete Costa Cumaru – HFA
Elizeth Maria de Jesus – CINDACTA
Emílio Almeida Amorim – CONAB
Eunice Souza Moura – COMAEX
Francisca Alves Alecrim – INSS
Francisco das Chagas Pereira – DNOCS

Francisco das Chagas Rego - MMA
Francisco Reginaldo Franca da Silva – MINC
Gilmar Rosa da Silva – IBAMA
Gilvan Albuquerque de Sousa – FUNASA
Helena de Paula Rosa Soares do Nascimento – MPS
Humberto Wagner Barreira e Lira – MPOG
Ionai Ossami de Moura – MMA
Ivan de Oliveira – MJ
Jeronimo Lopes dos Santos – MJ
Jonathan Honório dos Santos – IN
Jorge Onofre Araújo do Carmo – MTE
Jose Carlos Martins Silva – IBAMA
Jose Cosmo de Sousa Rodrigues – MCT
José Elisio Felix – MPOG
José Raimundo de Lima – ANISTIADO
Judite da Silva Souza – ENAP
Judival Queiros de Oliveira – MTE
Laércio Bernardes dos Reis – MPF/PGR
Léa Aparecida Borges Cabral – MDIC
Leonides Campos Siqueira (representada por Maura Siqueira Vinhal) – MTRANSF
Leonita Juventina da Cunha – HFA
Lúcia Helena Soares de Mello – FUNAI
Luciane Mara de Oliveira Patricio – MPOG
Luis Cláudio Vianna dos Santos – MME
Luzia Alves dos Santos – MF
Manoel Lourenço de Queiroz – MM

Marcia Vitoria Vila Nova – CONAB
Marco Aurélio de Brito Duarte – EX TER RR
Margareth Maia Rodrigues Domiciano Isaac – MAPA
Maria da Natividade Dias da Silva – PENSIONISTA
Maria das Graças Martins de Medeiros Moutinho – HFA
Maria do Rosário Abreu e Silva – MEC
Maria Marca Regina do Nascimento Silva – MJ
Maria Sueli da Silva – HFA
Mario Antonio dos Santos – TST
Matilde Honório Soares – COMAEX
Messias Rocha de Lira – MME
Ozana Barbara da Silva – MRE
Pedro Soares Alves – ANISTIADO
Quitéria de Jesus do Carmo Cardoso – MINC
Raimundo de Moura Rocha – MF
Renato Gabriel de Vasconcelos – FNDE
Rose Mary Sodre Coelho – MTE
Rosy Mayre da Cunha Araújo – MJ
Sebastião Oliveira Veloso – EBSERH
Silvo Marcos Cosme de Menezes – INCRA
Sônia Maria Fernandes – MEC
Sueli de Sousa Soares Pais – ANISTIADO
Vanilson Diniz de Vasconcelos – MAPA
Victor Pereira - VI COMAR
Walda Da Silva e Silva – MPOG
Waldemar Martins de Castro – SUFRAM/SEDE
Walter Nery de Souza – IN

■ CADASTRO DE FILIADOS

Servidores precisam atualizar seus dados

O Sindsep-DF solicita aos servidores listados abaixo que entrem em contato com a Secretaria de Assuntos Jurídicos – telefones 3212 -1900 ou 3212 -1927 – para atualizar dados pessoais e obterem informações a respeito das suas ações específicas. Falar com Dr. Cleytom.

- Proc. 19993400036306-7 - 3,17%
 - Andreia Santos dos Reis
 - Maria de Jesus Oliveira Souza
 - Sandra Lopes de Oliveira - MJ
- Proc. 20023400028613-5 - 28,86%
 - Maria Angelica da Rocha - MIN
- Proc. 20083400024910-8 - 3,17%
 - Doracy Barreto Ayres França - F.C.B.A
 - José Lourenço dos Santos
- Manoel de Jesus Oliveira Lima
- Maria da Guai Dantas
- Nilvar Rodrigues Pinho
- Roberto Antonio Ferreira de Castro
- Ronaldo Lourenço Vieira
- Rosa Maria da Silva Almeida
- Sílvia Teresa Freire de Oliveira Garcia
- Proc. 20023400025464-6 - 28,86%
 - Maria Jose Rosa
 - Rita de Cassia Fernandes Silveira

■ FILIADOS FALECIDOS

Sindicato convoca herdeiros

O sindicato solicita aos herdeiros dos servidores abaixo relacionados, que entrem em contato com a Secretaria de Assuntos Jurídicos para tratar de assuntos relacionados a ações judiciais em curso. Falar com Dr. Cleytom, telefones: 3212-1900 ou 3212-1927.

- Agenor Pereira da Silva – AGU – Proc. 20083400010160-4 - 28,86%
- Anesio Faria - MF – Proc. 20003400043296-9 - 28,86%
- Fabiano Santana Ramos – MF – Proc. 20053400003036-9 - 28,86%
- Helio de Lima Chaves – Proc. 20043400016084-3 - 3,17%
- Lauro Mendes – MAPA – Proc. 20013400033577-5 - 28,86%
- Margarido Romeiro Rodrigues - VI COMAR - Proc. 20053400006837-0 - 28,86%

■ AÇÕES JUDICIAIS

Muitas vitórias em 2014

{
 O Sindsep-DF obteve êxito em várias ações judiciais ao longo de 2014. Listas de convocação de pagamentos disponíveis foram publicadas no site do sindicato e em dois informativos específicos da Secretaria de Assuntos Jurídicos. Acesse os boletins no www.sindsep-df.com.br.

■ **AÇÕES VITORIOSAS****Sindsep-DF disponibiliza pagamentos de processos diversos**

A Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindsep-DF solicita aos servidores abaixo relacionados que agendem data e horário para o recebimento de valores referentes a vários processos judiciais vitoriosos. Falar com Rosa Moreira, nos telefones: 3212-1900 ou 3212-1928.

- Adalcio Francisco Guimaraes - Proc. 52927-11.2010.4.01.3400 - GDATA
 Aladir Correa Martins - Proc. 2005.34.00.905234-0 - 3,17%
 Alaide Garcez do Amaral - Proc. 2007.34.00.909897-0 - GDATA
 Alba Lucia Rodrigues - Proc. 58601-67.2010.4.01.3400 - PSS 1/3 Férias
 Aldair Sousa da Hora - Proc. 0127104-70.2014.4.01.9198 - GDATA
 Ana Maria de Souza Rodrigues Tavares - Proc. 24369-92.2011.4.01.3400 - GDATA
 Ana Maria Moraes de Araujo - Proc. 0099987-41.2013.4.01.9198 - GDATA
 Andre Luiz Ventura Ferreira - Proc. 2010.34.00.911231-0 - PSS 1/3 Férias
 Antonio Augusto de Almeida Net - Proc. 0076579-84.2014.4.01.9198 - 3,17%
 Antonio da Silva - Proc. 2004.34.00.901567-8 - 3,17%
 Antonio de Castro e Silva Neto - 2004.34.00.018608-9 - Indenização de Campo
 Antonio Marcilio Eustaquio - Proc. 2006.34.00.900281-2 - 3,17%
 Antonio Martins de Araujo - Proc. 66459-62.2004.4.01.3400
 Antonio Pereira de Souza - Proc. 2007.34.00.916207-0 - GDATA/GDPGTAS
 Catarina Judite Shiffer - Proc. 52931-48.2010.4.01.3400 - PSS 1/3 Férias
 Cecilia Maria Barroso Sirkis - Proc. 2007.34.00.910557-4 - GDATA/GDPGTAS
 Cecilia Maria de Sousa - Proc. 2007.34.00.918178-3 - GDATA/GDPGTAS
 Celio Eduardo Caldas de Figueiredo - Proc. 0045296-77.2013.4.01.9198 - GPS
 Claudia Eloina de Santana Alves - Proc. 0129857-97.2014.4.01.9198 - PSS 1/3 Férias
 Claudio de Lima Soeiro - Proc. 0278064-72.2013.4.01.9198 - PSS 1/3 Férias
 Claudionora Ferreira Matinada - Proc. 0019351-54.2014.4.01.9198 - PSS 1/3 Férias
 Cleonice da Silva Pereira (Odair Pereira) - Proc. 2007.34.00.904595-2 - GDATA/GDPGTAS
 Dalma Regia Lima da Silva - Proc. 0256676-79.2014.4.01.9198
 Decio de Oliveira Filho - Proc. 0154578-16.2014.4.01.9198 - 28,86%
 Decio Maurilo Galvao Vilas Boas - Proc. 295-37.2012.4.01.3400 - GDATA/GDPGTAS
 Delmo Marcos Balbino Pitangui - Proc. 0186699-97.2014.4.01.9198 - PSS 1/3 Férias
 Dilma Goes Guimaraes - Proc. 2002.34.00.714630-4 - 3,17%
 Divanir Nogoseki Maximiliano - Proc. 0165199-72.2014.4.01.9198 - Anulação de Ato Administrativo
 Domingas de Assis Lopes de Castro - Proc. 0123924-46.2014.4.01.9198 - GDATA
 Dulcilene Dagmar de Lima Ramos - Proc. 2002.34.00.712718-8 - 3,17%
 Edith Miranda - Proc. 0223424-85.2014.4.01.9198 - GDATA
 Edvaldo Ribeiro Chaves - Proc. 2008.34.00.917896-7 - GDATA/GDPGTAS
 Elita Pereira Tavares da Silva - Proc. 2005.34.00.914667-5 - 3,17%
 Eloa Figueiredo Guimaraes - Proc. 2007.34.00.910618-9 - GDATA/GDPGTAS
 Eugenia Silva de Moraes - Proc. 0096554-29.2013.4.01.9198 - GDATA
 Eva de Assuncao Silva - Proc. 0256955-65.2014.4.01.9198
 Ezequias Timoteo de Almeida Junior - Proc. 0159431-68.2014.4.01.9198 - PSS 1/3 Férias
 Fernando Barbosa de Miranda - Proc. 2010.34.00.909195-7 - PSS 1/3 Férias
 Fernando Jose Silvestre de Faria - Proc. 2004.34.00.912059-3 - 3,17%
 Francisco Naeff Sampaio Santos - Proc. 225115-37.2014.4.01.9198 - 3,17%
 Francisco Vieira Lima - Proc. 2007.34.00.908601-9 - GDATA/GDPGTAS
 Gustavo Eduardo Hasselmann - Proc. 2004.34.00.018993-0 - Desconto 11%
 Humberto Wagner Barreira e Lira - Proc. 0256807-54.2014.4.01.9198 - Férias
 Isaias Ribeiro - Proc. 0096922-04.2014.4.01.9198 - GDATA
 Jacira Francisca de Araujo - Proc. 2009.34.00.903363-0 - GDATA/GDPGTAS
 Jesse Geraldo de Magalhaes Barbalho - Proc. 29091-72.2011.4.01.3400 - Restituição de descontos
 Joana Darc Souza da Silva - Proc. 2009.34.00.912387-8 - GDATA
 Joao Jose de Sousa - Proc. 0256710-54.2014.4.01.9198 - Licença Prêmio
 Joao Pereira dos Santos - Proc. 2008.34.00.902986-2 - GDPGTAS
 Jorge Luiz Dias - Proc. 2004.34.00.912061-7 - 3,17%
 Jose Maria Ferreira de Albuquerque - Proc. 0158449-54.2014.4.01.9198 - PSS 1/3 Férias
 Jose Raimundo Teixeira Raposo - Proc. 0240412-55.2012.4.01.9198 - GDATA
 Josefa Brito Carneiro (Almir Fernandes Carneiro) - Proc. 0159481-94.2014.4.01.9198 - 3,17%
 Judite da Silva Souza - Proc. 0108706-75.2014.4.01.9198 - GDATA
 Leonidas Pereira de Souza - Proc. 2008.34.00.907149-2 - PSS 1/3 Férias
 Lourdes Aparecida Araujo Guimaraes - Proc. 2004.34.00.018993-0 - Desconto 11%
 Lourival Silvestre Sobrinho - Proc. 0220721-21.2013.4.01.9198 - Reposição ao Erário
 Luiz Antonio Carneiro de Mendonca - Proc. 2005.34.00.915120-0 - 3,17%
 Luiz Claudio Carvalho da Silva - Proc. 0159432-53.2014.4.01.9198 - PSS 1/3 Férias
 Manoel Barros da Costa - Proc. 0188805-32.2014.4.01.9198 - GDATA
 Manoel Gomes dos Santos - Proc. 2001.34.00.009658-8 - 28,86%
 Manoel Jose dos Santos - Proc. 0179460-76.2013.4.01.9198 - GDPST
 Manoel Jose dos Santos - Proc. 2005.34.00.901845-4 - Indenização de Campo
 Manoel Lourenco de Queiroz - Proc. 2007.34.00.908814-6 - GDATA/GDPGTAS
 Marcelo Freitas da Silva - Proc. 52935-85.2010.4.01.3400 - PSS 1/3 Férias
 Maria Candida Custodio Motta - Proc. 2010.34.00.903211-7 - PSS 1/3 Férias
 Maria Conceicao Leite - Proc. 2007.34.00.909902-9 - GDATA
 Maria Conceicao Rodrigues - Proc. 2004.34.00.018993-0 - Desconto 11%
 Maria da Conceição Silva - Proc. 0186700-82.2014.4.01.9198 - PSS 1/3 Férias
 Maria das Gracas Pereira - Proc. 0241678-09.2014.4.01.9198 - GDATA
 Maria De Lourdes De Carvalho - Proc. 2004.34.00.912060-3 - 3,17%
 Maria de Nazare Ramos Vieira - Proc. 0225119-74.2014.4.01.9198 - GDATA
 Maria Dias Carneiro - Proc. 0167146-64.2014.4.01.9198 - GDATA
 Maria do Rosario de Fatima dos Santos Mousinho - Proc. 0254152-12.2014.4.01.9198 - GDATA
 Maria Jose de Carvalho Magalhaes - Proc. 2010.34.00.905750-5 - GDATA
 Maria Leticia de Salles Redig de Campos - Proc. 0184111-20.2014.4.01.9198 - GDATA
 Maria Livia de Faria Macedo - Proc. 2003.34.00.905862-5 - 3,17%
 Maria Nilde Moreno - Proc. 241115-15.2014.4.01.9198
 Maria Olgacine de Moraes Macedo - Proc. 2003.34.00.039148-6 - 3,17%
 Maria Rosalina dos Santos - Proc. 11370-10.2011.4.01.3400 - PSS 1/3 Férias
 Maria Silva de Oliveira - Proc. 0318303-21.2013.4.01.9198 - PSS 1/3 Férias
 Maria Vanda da Mota Rodrigues - Proc. 0256712-24.2014.4.01.9198 - GDATA
 Marilene Alves Siqueira - Proc. 2002.34.00.712628-9 - 3,17%
 Marlene De Lourdes Marques De Vasconcelos - Proc. 2007.34.00.911979-5 - GDATA
 Mercio de Azevedo Ferreira - Proc. 0255419-19.2014.4.01.9198 - GDATA
 Milton Ferreira Furtado - Proc. 0157000-61.2014.4.01.9198 - PSS 1/3 Férias
 Milton Pereira de Santanna - Proc. 2007.34.00.917805-5 - GDATA
 Milton Rodrigues Carvalho - Proc. 2007.34.00.900624-8 - 28,86%
 Miriam Coelho Braga - Proc. 0257023-15.2014.4.01.9198 - GDATA
 Nea Neves Da Silva - Proc. 2003.34.00.907656-5 - 3,17%
 Newton Maciel - Proc. 2007.34.00.911482-3 - GDATA
 Neydina Braz da Silva - Proc. 2003.34.00.708541-7 - 3,17%
 Paulo Emilio Teixeira Barbosa - Proc. 58408-52.2010.4.01.3400 - PSS 1/3 Férias
 Paulo Joffily Bezerra - Proc. 2008.34.00.903691-2 - PSS 1/3 Férias
 Pedro Camelo de Mendonca - Proc. 34919-49.2011.4.01.3400 - GDSAST
 Pedro Ferreira Prado Filho - Proc. 0111941-84.2013.4.01.9198 - GPS
 Pedro Monteiro Filho - Proc. 0112229-32.2013.4.01.9198 - GDATA
 Raimundo Alves da Silva - Proc. 223445-61.2014.4.01.9198 - GDATA
 Rejane Kethylene de Lira Santana - Proc. 2009.34.00.902685-7 - GDATA/GDPGTAS
 Roberto De Carvalho Mouzinho - Proc. 2004.34.00.916929-5 - 3,17%
 Rosilene Maria Costa - Proc. 18875-52.2011.4.01.3400 - PSS 1/3 Férias
 Rozilene da Silva Rosa - Proc. 52924-56.2010.4.01.3400 - PSS 1/3 Férias
 Severina Inacia da Silva - Proc. 2010.34.00.900487-9 - GDATA
 Severino Ramos Alves da Silva - Proc. 2007.34.00.911488-5 - GDATA
 Sylvania Trindade de Carvalho - Proc. 2007.34.00.909875-7 - GDATA
 Sílvia Regina Brogiolo Tafuri - Proc. 2003.34.00.701286-4 - 3,17%
 Teonilia Bernardino Magalhaes - Proc. 2002.34.00.011598-8 - 3,17%
 Terezinha De Jesus Lima - Proc. 2007.34.00.908602-2 - GDATA/GDPGTAS
 Therezinha de Castro Souto - Proc. 2007.34.00.909904-6 - GDATA/GDPGTAS
 Valdenice Buarque de Farias - Proc. 2007.34.00.910553-0 - GDATA/GDSAST
 Vera Lucia Modesto Ramos - Proc. 0129400-02.2013.4.01.9198 - GDATA
 Wanda Rodrigues - Proc. 2007.34.00.908805-7 - GDATA/GDPGTAS
 William Ricardo Esteves - Proc. 2007.34.00.003528-0 - 28,86%

■ **CAMPANHA SALARIAL 2014**

Sindicato promove ações para barrar ataques aos direitos dos servidores

Ao longo de 2014, o Sindsep-DF – em conjunto com a CUT e a Condsef – realizou uma série de ações para barrar os diversos ataques aos direitos dos servidores. Na Câmara dos Deputados, graças à organização da categoria, os servidores conquistaram uma grande vitória. No dia 12 de novembro, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) aprovou o parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei Complementar (PLP) 549/09 – que pretendia congelar o salário dos servidores por dez anos. Como a CCJC tem parecer terminativo, o texto deverá ser arquivado. No entanto, ainda é necessário aguardar o prazo de cinco sessões ordinárias, contadas a partir de 18/11, para que a matéria saia definitivamente da pauta de votação. Por isso, o Sindsep-DF permanece alerta e acompanhando a questão.

Outros três projetos que integram a pauta negativa do Congresso – o Projeto de Lei do Senado (PLS) 327/14 (restringe o direito de greve no serviço público), o Projeto de Lei (PL) 4330/04 (amplia a terceirização no serviço público) e o PLP 92/07 (cria as Fundações Estatais de Direito Privado, que na prática representam a privatização dos serviços públicos) – também foram duramente combatidos pelas entidades sindicais em 2014 e continuarão sendo em 2015. As proposições compõem a pauta de reivindicações do funcionalismo, que em diversas atividades defenderam a retirada dos textos do Legislativo. Entre elas, um ato público dia 19 de novembro que reuniu centenas de trabalhadores no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

Ainda em defesa do direito de greve e da regulamentação da negociação coletiva (Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho – OIT), a direção do



Sindsep-DF participou, dia 20 de fevereiro, de audiência pública no Senado Federal na qual defendeu a retirada do PLS 327/14 (na época ainda sem numeração), visto que o texto do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), além de inviabilizar por completo a possibilidade de greve no serviço público, ainda omite a possibilidade de negociação coletiva.

■ Mobilizações e Greves

Como parte da Campanha Salarial 2014, foram realizados atos nos dias 22 de janeiro, no Espaço do Servidor (Esplanada dos Ministérios); 5 de fevereiro, em frente ao Ministério do Planejamento; 29 de maio, em frente ao Palácio do Planalto; e 25 de junho e 3 de julho, em frente ao Palácio da Alvorada, alguns dos quais forçaram o governo a receber o Sindsep-DF em reunião. Neste ano, o Sindsep-DF também apoiou greves e diversas atividades setoriais (PÁGs 8 a 12).

Na avaliação da direção do Sindsep-DF, apesar de a categoria não ter conquistado o atendimento de suas reivindicações financeiras

(antecipação do pagamento da parcela de 2015, incorporação das gratificações ao Vencimento Básico e reajuste dos benefícios), visto que o governo foi irredutível em afirmar que 2014 estava contemplado no acordo de 2012, a mobilização foi vitoriosa em diversos aspectos, especialmente porque obrigou o governo a dialogar com a categoria. “Fomos recebidos várias vezes em reuniões na Casa Civil e mostramos ao governo que estamos preparados para o embate”, afirmou o secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves.

■ Ações políticas e comemorações

Este ano, o sindicato ainda realizou eleições para as Seções Sindicais de 36 locais de trabalho e criou o Comitê dos Servidores Federais do DF que na Semana da Pátria (de 1º a 7 de setembro) colheu 5.223 votos no Plebiscito Popular por uma Assembleia Constituinte e Soberana. Como já é tradição, o Sindsep-DF também promoveu o “Arraiá do Servido” e comemorou os 27 anos de atividades políticas e sindicais com uma festa em setembro que reuniu centenas de servidores.

■ CORTE DO PONTO

Anistia das horas da Copa

Logo após o término dos jogos da Copa do Mundo, o Sindsep-DF e os servidores foram surpreendidos pela decisão do governo de cobrar a compensação das 38 horas não trabalhadas em função da Copa do Mundo (Comunicado nº 554955/14, de 6/6/14, do Ministério do Planejamento). Imediatamente, o sindicato entrou na Justiça com Mandado de Segurança (MS) coletivo para suspender a reposição, visto que os servidores foram impedidos de trabalhar nos dias de jogo em Brasília porque o próprio governo decretou ponto facultativo.

No dia 29 de julho, o juiz Jamil Rosa de Jesus Oliveira, da 14ª Vara Federal do DF, deferiu liminar declarando nula a compensação das horas (Processo nº 47553-72.2014.4.01.3400). Decisão que o Planejamento cumpriu parcialmente, deixando de fora os servidores não sindicalizados. O que levou a

direção do sindicato a fazer novas gestões para garantir o benefício a toda a sua base.

No entanto, ao julgar o Agravo de Instrumento nº 0047998-08.2014.4.01.0000/DF, interposto pelo governo, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região reestabeleceu integralmente a compensação de horário em decorrência dos jogos da Copa. Imediatamente, o Sindsep-DF entrou com recurso de apelação na Justiça para reverter a decisão, cujo resultado até o fechamento desta edição não havia sido proferido pelo juiz.

Para intensificar a luta pela anistia das horas da Copa, o Sindsep-DF convocou todos os servidores do Executivo Federal para um ato no dia 3 de dezembro, em frente ao Ministério do Planejamento - bloco



K (esta edição foi fechada no dia 1º/12). O sindicato defende ainda que a compensação seja realizada nos mesmos termos do acordo firmado com o Ministério da Saúde e da Funasa, que prevê a reposição das demandas represadas dentro da jornada diária regular de trabalho. O acordo foi conquistado pelo setor após ato dos servidores, em 20 de julho, que foi seguido de reunião com a coordenação-geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde.

■ OPERAÇÃO LAVA JATO

Punição dos corruptos e corruptores

O Sindsep-DF se solidariza com os companheiros petroleiros e apoia incondicionalmente a luta da categoria em defesa da Petrobrás. Neste sentido reproduz abaixo a nota da Federação Única dos Petroleiros (FUP):

A Petrobrás é patrimônio do povo brasileiro e não instrumento de golpe!

A prisão nesta sexta-feira, 14 de novembro, de mais um ex-diretor da Petrobrás, acusado de corrupção em contratos de prestação de serviços firmados pela empresa, reforça as cobranças da Federação Única dos Petroleiros (FUP) de que haja a mais rigorosa apuração dos fatos e punição exemplar de todos os que forem responsabilizados pelos mal feitos.

Esta tem sido a postura da FUP desde o início da divulgação destas denúncias. No entanto, apesar da gravidade dos fatos, a direção da Petrobrás segue num silêncio profundo.

Os trabalhadores e suas famí-

lias exigem um posicionamento da empresa. Por isso, a FUP cobrou uma audiência com a presidenta da Petrobrás para que esclareça o teor das denúncias, bem como as medidas tomadas pela empresa para apuração e solução dos desvios de gestão que forem comprovados. Não deve ficar pedra sobre pedra, como reiterou a presidenta Dilma Rousseff.

A reunião com Graça Foster será no próximo dia 21. Em documento enviado à presidenta da Petrobrás, a FUP já havia ressaltado que as denúncias de corrupção estão diretamente relacionadas com o intenso processo de terceirização em curso na estatal desde os anos 90.

A Petrobrás tem um papel estratégico para o desenvolvimento do país e, portanto, todas as denúncias de desvios de gestão devem ser rigorosamente apuradas pelos órgãos competentes para que a Justiça possa julgar e punir os culpados.

O que não admitimos é que a empresa continue sendo desmoralizada por setores da sociedade que sempre tentaram enfraquece-la e seguem fazendo de tudo para se apropriarem de uma das maiores riquezas da nossa nação, que é o pré-sal. Não aceitamos também que a Petrobrás continue sendo alvo de uma campanha de criminalização por setores da mídia que agem em consonância com a oposição para tentar arquitetar um golpe que vem sendo ensaiado desde o segundo turno da eleição presidencial.

A Petrobrás é patrimônio do povo brasileiro e os petroleiros continuarão lutando para que ela seja fortalecida cada vez mais para investir no Brasil, gerando empregos e riquezas para o nosso país.

Apuração rigorosa dos fatos sim. Golpe não!

José Maria Rangel
Coordenador-Geral da Federação
Única dos Petroleiros (FUP)

■ **FNDE****Sindsep-DF e ASFNDE entregam reivindicações dos servidores**

No dia 11 de novembro, o diretor de Organização e Patrimônio do Sindsep-DF, Manoel Antônio Rodrigues, e o presidente da ASFNDE, Iriovaldo Dias Antunes, se reuniram com a diretora de Administração do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), Leilane Mendes Barrados, para tratar da pauta de reivindicações do setor, que inclui os seguintes itens:

- 1- Acordo entre a ASFNDE e a Administração do FNDE para sanar as pendências sobre o Plano de Reposição de Trabalho e o pagamento dos sete dias que faltam, fruto de decisão judicial, a qual o FNDE não cumpriu;
- 2- Espaço para a instalação de consultório odontológico nas



- dependências do FNDE;
- 3- Fim do cumprimento de metas individuais para a obtenção dos 20% da GDAFE e da GDPFNDE;
- 4- Entrega de atestado médico diretamente à Coordenação de Gestão de Pessoas do FNDE e não mais no Ministério da Educação, como ocorre atualmente;

5- Redução da burocracia para a movimentação de servidores de uma diretoria ou coordenação para outra.

6- Reativação do e-mail da ASFNDE, desativado desde o início de 2014;

A pauta foi protocolada na Diretoria de Administração do órgão. A diretora se comprometeu a analisar as demandas e dar um retorno aos sindicalistas, mas sem definir um prazo. Nos próximos dias, o Sindsep-DF, em conjunto com a ASFNDE, encaminhará um novo documento à direção do órgão com outras reivindicações dos servidores, incluindo **o horário corrido e também cobrando da direção que abra negociações para discutir as reivindicações**. Ao longo do ano, o setor realizou e participou de diversas atividades em defesa de suas reivindicações.

■ **MCULTURA E VINCULADAS****Servidores ficaram mais de um mês de greve**

O Ministério da Cultura e órgãos vinculados (IBRAM, IPHAN, FBN, FCP e FUNARTE) foi um dos setores que entrou em greve em 2014. A categoria reivindicava reajuste da tabela remuneratória, implantação das gratificações de titulação e de fiscalização, e gestão participativa nos processos decisórios do MinC. A paralisação durou de 15 de maio a 16 de junho, e foi interrompida com a determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que 100% dos servidores retornassem ao trabalho e, caso a ordem não fosse obedecida, o sindicato pagaria multa diária de R\$ 100 mil. Dias de-



pois, após a suspensão da greve, em nova decisão, o STJ proferiu sentença proibindo o desconto dos dias da

greve e determinando que o governo negociasse com a categoria. A categoria manteve a mobilização ao longo do ano, participando de diversas atividades convocadas pelo sindicato em defesa do direito de greve. O Sindsep-DF também está acompanhando a redistribuição para o MinC dos servidores da Biblioteca Demonstrativa de Brasília, que em função de problemas de estrutura física teve o prédio interditado pela Defesa Civil.

■ **HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS****Empregados públicos conquistam ACT, servidores lutam por plano específico**

Em 2014, o Sindsep-DF assinou o Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados públicos do Hospital das Forças Armadas (HFA), com vigência de 1º de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2016. O ACT foi registrado no Ministério do

Trabalho e Emprego em 18 de fevereiro, e manteve a carga horária de 30 horas semanais, entre outros benefícios. Ao longo do ano, os servidores do órgão permaneceram mobilizados em prol do plano de carreira específico.

■ APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Paridade com ativos e outras demandas em debate

Os aposentados e pensionistas da base do Sindsep-DF participaram de diversas atividades convocadas pelo sindicato em 2014. Uma das últimas foi a assembleia do dia 17 de novembro, em que debateram a luta pela paridade com os ativos, pela negociação coletiva no serviço público (Convenção 151, da OIT – Organização Internacional do Trabalho) e pela aprovação da PEC 555/06 – isenção da contribuição previdenciária para os servidores aposentados –, principais reivindicações da categoria que devem compor a pauta da Campanha Salarial 2015. Na ocasião a coordenadora da Secretaria de Aposentados, Pensionistas e Saúde do Trabalhador, Maria Lícia Moraes Braga, reafirmou a disposição do sindicato para fortalecer a mobilização em 2015.



A organização do setor em defesa de suas reivindicações também foi discutida no 8º Seminário de Aposentados e Pensionistas da base do Sindsep-DF, realizado de 30 de julho a 3 de agosto, em Caldas Novas/GO, e que reuniu mais de 200 delegados. Na ocasião, a categoria também traçou estratégias para a participação dos servidores aposentados e dos pensionistas no Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana para a reforma do sistema político, realizado em setembro.

Como acontece todos os anos, a Secretaria de Aposentados, Pensionistas e Saúde do Trabalhador do Sindsep-DF, encerrará as atividades com uma Confraternização de Natal dos Aposentados e Pensionistas filiados ao Sindsep-DF, no dia 12 de dezembro, no auditório Francisco Zóccoli, na sede do sindicato (ver convite).



■ INMET

Servidores reivindicam enquadramento na Carreira de C&T

Em 2014, os servidores do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) concentraram suas atividades para garantir a inclusão na Carreira de Ciência e Tecnologia. Ao longo do ano, foram realizadas diversas assembleias, atos, reuniões em prol do atendimento da reivindicação. Infelizmente, o governo até o momento não reparou a injustiça provocada pela Lei 12.702/12, que contempla apenas os novos concursados do órgão na Carreira de C&T.

Este ano, o INMET completou 105 anos. Para comemorar, o sindicato distribuiu um panfleto de quatro páginas que conta a história do órgão e

relata a luta dos servidores. O jornal foi entregue pelos servidores ao diretor do órgão, Antonio Divino Moura. Em seguida, o sindicato encaminhou ofício ao diretor solicitando seu empenho pessoal para o atendimento do pleito do setor.

Além das gestões administrativas junto aos Ministérios da Agricultura e do Planejamento e da Casa Civil, o Sindsep-DF também ajuizou ação para corrigir na Justiça a distorção salarial entre as carreiras do INMET e da C&T. O processo beneficia todos os servidores do órgão filiados ao sindicato. Os servidores que ainda não se filiaram ainda podem fazê-lo para integrar a ação ou entrar com novo processo.



■ **DEMITIDOS DO GOVERNO COLLOR****Sindicato mantém mobilização pela reabertura de prazo**

Em 2014, o Sindsep-DF manteve firme a mobilização pela aprovação no Congresso Nacional do PL 4.786/2012 – que reabre o prazo para que os demitidos do Governo Collor apresentem requerimento administrativo de retorno ao serviço público (Lei 8.878/94). Para tal, a direção do sindicato – em conjunto com a Comissão de Anistiados e o advogado Ulisses Borges – participou de duas reuniões na Casa Civil com o assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Marco Antonio de Oliveira, o secretário-executivo da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Luiz Azevedo, e a especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Assessoria Especial da Presidência da República, Leila de Moraes, para conseguir o apoio do governo federal à matéria. As reuniões também foram acom-



panhadas pela anistiada da Conab, Jô Queiroz, coordenadora da Seção Sindical do Sindsep-DF na Conab, além de representantes da Comissão de Anistiados do Pará.

De autoria do senador Lobão Filho (PMDB-MA), o texto já foi aprovado no Senado Federal e está pronto para

entrar na pauta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Sendo que a matéria já foi aprovada nas Comissões de Finanças e Tributação (CFT), em 30/10/13; e de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), em 08/05/13. Em documento dirigido à presidente Dilma Rousseff, o coordenador da

Secretaria de Estudos Socioeconômicos e Empresas Públicas, Enos Barbosa de Souza, explica a importância da proposição para reparar a grande injustiça cometida pelo então presidente Fernando Collor de Melo, o qual tem anexo um parecer da assessoria jurídica do sindicato quanto à viabilidade da matéria.

■ **AGU****Plano de carreira específico ainda em pauta**

Os servidores da Advocacia-Geral da União (AGU) permanecem mobilizados por um plano de carreira específico. Ao longo de 2014, o setor participou de assembleias e atos para cobrar

do Ministério do Planejamento a retomada das discussões do plano. No final de 2013, a direção do órgão promoveu uma enquete para saber se os atuais servidores concordavam em permanecer no

PGPE, enquanto que os novos concursados integrariam o novo plano de carreira. A proposta foi rechaçada por ampla maioria, o que reforçou a continuidade da luta.

■ **MJUSTIÇA/FUNAI****Servidores sofrem com assédio moral e perseguições**

Os servidores do Ministério da Justiça e da Fundação Nacional do Índio (Funai) denunciaram ao Sindsep-DF atos de assédio moral e perseguições. Tanto no

MJ quanto na Funai, o assédio moral é configurado pela retirada de gratificações de diversos servidores e pela transferência de setor, inclusive com a interrupção

de projetos importantes para os órgãos. Para frear a prática, o sindicato aguarda audiência com a direção do MJ e com a Casa Civil.

■ **BACEN****Servidores cobram modernização da carreira de especialista**

Mais um ano terminando sem a direção do Banco Central cumprir o acordo da modernização da carreira de especialista, assim como não materializou a tão badalada redução da litigiosidade, obstaculizando o encaminhamento de informações solicitadas pelo

Ministério da Fazenda para uma possível autorização daquela pasta visando o recebimento dos 28,86% via acordo. Por isso, em 2016, o Sindsep-DF vai continuar a luta pelo atendimento das reivindicações específicas dos servidores do Bacen.

■ MSAÚDE/FUNASA CEDIDOS

Servidores da FUNASA e Ministério da Saúde são exemplos de luta

Em 2014, os servidores da Funasa e do Ministério da Saúde cedidos foram à luta. Assim, além de atender ao chamado do sindicato, participando de todas as atividades convocadas, se mobilizaram na busca de conquistas específicas, como a criação da Bonificação de Produtividade – reivindicação atendida pelo governador Agnelo Queiroz (PT); a renovação do TAC - Termo de Ajuste de Conduta (o que deve acontecer nos próximos dias), que permitirá que 120 servidores da Funasa cedidos ao GDF continuem no combate à dengue, em uma atividade reconhecida e devidamente capacitados ao longo dos últimos 30 anos, mantendo assim um importante reforço para a população no combate às endemias; e pela qualificação

dos servidores. Ganha a Secretaria de Saúde e também a população do DF, que conta com um importante reforço para manter sobre controle a doença e outras endemias.

■ Agentes de Vigilância Ambiental do DF - AVA's

O Sindsep-DF solidarizou-se com a luta dos Agentes de Vigilância Ambiental do DF - AVA's, apoiando e participando de todas as ações pela criação do Nível Superior destes ser-

vidores, que demonstraram capacidade de luta e muita determinação.

■ Anistia das horas da Copa

Os servidores da presidência da Funasa e do Ministério da Saúde também mostraram garra ao participar ativamente da luta pela anistia das horas não trabalhadas durante o período da Copa do Mundo, conseguindo que a compensação fosse feita dentro da jornada regular de trabalho (saiba mais PÁG. 7).



■ INCRA

Greve do setor e luta pela equiparação salarial com o Ibama

O ano foi de muita luta para os servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que paralisaram suas atividades e promoveram uma intensa mobilização pela inclusão na Medida Provisória (MP) 632/13 de emenda que equiparava a tabela salarial do setor com a dos servidores do Ibama. No entanto, o texto

foi vetado pela presidente Dilma Rousseff quando da publicação da Lei 12.988/14. O veto atingiu todas as demais emendas aprovadas no Congresso Nacional com a justificativa de que apresentavam vício de iniciativa por serem prerrogativas exclusivas do Executivo. Fruto da Campanha Salarial de 2013, a lei reajustou o salário dos servidores

do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Hospital das Forças Armadas (HFA), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entre outras. O setor decidiu manter a mobilização pelo atendimento de sua reivindicação.

■ ANISTIADOS/PDVISTAS

Luta pelo retorno ao serviço público continua

Os anistiados que foram reintegrados ao serviço público na administração direta (Lei 8.878/94) receberam em 2014 a primeira parcela do reajuste conquistada com a luta de 2013. Com os salários congelados desde 2009, porque não foram enquadrados na tabela anexa ao Decreto nº 6.657/2008, eles tiveram a remuneração reajustada em janeiro de 2014 (10,25%) e re-

cebem a última parcela em janeiro de 2015 (5%).

Também graças à pressão dos anistiados, organizados pelo Sindsep-DF, o Ministério do Planejamento publicou a Portaria nº 515 que prorrogou a atuação da Comissão Especial Interministerial (CEI) até o dia 8 de janeiro de 2015. A CEI é responsável pela análise dos requerimentos de retorno ao servi-

ço público dos servidores e empregados públicos demitidos injustamente pelo Governo Collor.

O ano de 2014 também foi de muita luta para os PDVistas que, organizados pelo Sindsep-DF, permanecem mobilizados pela anistia com a aprovação no Congresso dos Projetos de Lei (PLs) nº 4.293/08 (estatutários) e nº 7.546/10 (celetistas).

■ **EBSERH****Trabalhadores conquistam reajuste salarial e discutem ACT 2015/2016**

Após 2 semanas de greve e muitas audiências no Tribunal Superior do Trabalho (TST), os empregados públicos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH finalmente conquistaram o reajuste salarial de 6,15% do salário e dos benefícios (incluído na folha de novembro, creditada no salário de dezembro), além do atendimento das demais reivindicações, em acordo de dissídio coletivo no TST, dia 21 de outubro. O acordo foi firmado por representantes da Condsef, Sindsep-DF, Sindsep-PI

e Sindsep-MG, após a direção da EBSERH concordar em retirar do texto a condição de proibir os sindicatos de ajuizar qualquer tipo de ação. Acesse o conteúdo detalhado do acordo no www.sindsep-df.com.br.

Os servidores também já deram início às discussões da proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2015/2016, com a realização de duas assembleias organizadas pelo Sindsep-DF para discutir o tema. A proposta de

ACT deve ser entregue à direção da empresa é até o dia 30 de dezembro.

■ **VALEC****Conquista do ACT 2013/2014 e negociações para novo acordo**

Os trabalhadores da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A precisaram fazer greve para conquistar o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2013/2014, assinado em 4 de abril, com vigência de 1º de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014. Logo após a assinatura do acordo, os trabalhadores e o Sindsep-DF deram início às negociações do ACT 2014/2015 e, em assembleia dia 28/11, os empregados aprovaram a proposta da VALEC de reajuste de 6,59% no salário e benefícios – mesmo percentual do IPCA, índice adotado pelo governo para medir a inflação –, além de um vale cultura mensal de R\$ 50,00. Veja a íntegra dos acordos no nosso site.

■ **IMBEL****Primeiro ACT deverá ser assinado**

Os trabalhadores da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) continuam aguardando a assinatura do primeiro Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) do setor, com vigência 2014/2015. Até o fechamento desta edição, o acordo só não havia sido assinado porque a direção da empresa, de forma intransigente, se nega a incluir no documento a ressalva de que os trabalhadores lotados no Distrito Federal cumprirão carga horária de 36 horas, visto que conseguiram liminar na Justiça que garante o benefício. Para resolver o impasse, o Sindsep-DF recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Em reunião dia 8 de outubro, o vice-presidente do tribunal, ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, se comprometeu a conversar com a direção da IMBEL sobre a questão. A expectativa do sindicato é



que o acordo seja assinado ainda este ano. Vale lembrar que no primeiro semestre, os empregados da empresa paralisaram suas atividades por uma semana para abrir as negociações.

Campanha salarial 2015

Proposta de tabela unificada para os servidores ativos e aposentados do PGPE e Planos Correlatos

NÍVEL	CLASSE	PADRÃO	Remuneração total 1º/1/2015 (VB + GDPGPE 100 pontos)	Remuneração pretendida em 1º/1/2016	Diferença R\$	Diferença %
SUPERIOR	S	III	8.000,00	11.819,49	3.819,49	47,74%
		II	7.824,86	11.461,57	3.636,71	46,48%
		I	7.654,23	11.116,34	3.462,11	45,23%
	C	VI	7.396,99	10.615,37	3.218,38	43,51%
		V	7.236,34	10.293,77	3.057,43	42,25%
		IV	7.079,99	9.983,63	2.903,64	41,01%
		III	6.927,89	9.683,88	2.755,99	39,78%
		II	6.779,97	9.391,48	2.611,51	38,52%
		I	6.635,17	9.110,34	2.475,17	37,30%
		B	VI	6.417,32	8.700,14	2.282,82
	V		6.281,73	8.438,65	2.156,92	34,34%
	IV		6.149,09	8.185,25	2.036,16	33,11%
	III		6.020,35	7.938,87	1.918,52	31,87%
	II		5.894,45	7.700,49	1.806,04	30,64%
	I		5.772,35	7.472,03	1.699,68	29,45%
	A	V	5.587,67	7.134,88	1.547,21	27,69%
		IV	5.473,13	6.922,22	1.449,09	26,48%
		III	5.361,24	6.715,33	1.354,09	25,26%
		II	5.251,95	6.515,18	1.263,23	24,05%
		I	5.145,22	6.320,71	1.175,49	22,85%
INTERMEDIÁRIO	S	III	4.047,11	7.002,16	2.955,05	73,02%
		II	4.013,07	6.799,11	2.786,04	69,42%
		I	3.980,22	6.584,55	2.604,33	65,43%
	C	VI	3.933,36	6.598,15	2.664,79	67,75%
		V	3.900,97	6.474,54	2.573,57	65,97%
		IV	3.868,76	6.354,07	2.485,31	64,24%
		III	3.837,73	6.236,23	2.398,50	62,50%
		II	3.806,88	6.118,91	2.312,03	60,73%
		I	3.776,21	6.005,14	2.228,93	59,03%
		B	VI	3.733,09	5.938,75	2.205,66
	V		3.702,85	5.828,44	2.125,59	57,40%
	IV		3.673,78	5.719,83	2.046,05	55,69%
	III		3.644,88	5.612,13	1.967,25	53,97%
	II		3.616,15	5.506,30	1.890,15	52,27%
	I		3.587,58	5.405,81	1.818,23	50,68%
	A	V	3.548,10	5.342,56	1.794,46	50,58%
		IV	3.520,94	5.242,74	1.721,80	48,90%
		III	3.493,94	5.120,33	1.626,39	46,55%
		II	3.467,10	4.988,15	1.521,05	43,87%
		I	3.440,42	4.849,42	1.409,00	40,95%
AUXILIAR	S	III	2.799,83	4.203,29	1.403,46	50,13%
		II	2.729,34	4.124,92	1.395,58	51,13%
		I	2.662,11	4.028,93	1.366,82	51,34%

2015

LUTAR
Ou lutar!

Conforme aprovado na Plenária Nacional da Condsef (22 e 23/11/14), a Campanha Salarial 2015 vai concentrar esforços na extensão da Lei 12.277/10 (tabela remuneratória do anverso) para os órgãos integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e planos correlatos, sendo a mesma tabela aplicada aos ativos, aposentados e pensionistas. Ao mesmo tempo em que manterá a luta pela conquista de tabelas salariais específicas, além da defesa das seguintes reivindicações comuns ao funcionalismo público do executivo federal:

- ✓ Gratificação de Qualificação (GQ) e Retribuição de Titularidade (RT) para todos;
- ✓ Política salarial com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
- ✓ Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- ✓ Negociação Coletiva (Regulamentação da Convenção 151 da OIT – Organização Internacional do Trabalho);
- ✓ Data-base em 1º de maio;
- ✓ Isonomia dos benefícios (auxílios alimentação, creche, saúde) com o Judiciário, Legislativo e MPU;
- ✓ Aposentadoria com a média dos pontos dos últimos cinco anos da avaliação de desempenho;
- ✓ Incorporação de todas as gratificações ao Vencimento Básico;
- ✓ Redução da jornada de trabalho para 7 horas diárias;
- ✓ Continuidade das negociações

- de pautas específicas da base da Condsef;
- ✓ Contagem da licença maternidade para o estágio probatório;
- ✓ Conclusão do processo de readmissão dos demitidos do Governo Collor e anistia dos PDVistas do FHC;
- ✓ Contra a criação do Sistema Único do Trabalho (SUT) e do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI),
- ✓ Fim das privatizações e terceirizações no serviço público;
- ✓ Fim da criminalização e perseguição aos servidores.

Em 2015, os servidores também terão uma luta árdua para retirar da pauta do Congresso Nacional projetos que rebaixam direitos dos trabalhadores e precarizam as relações de trabalho (AGENDA NEGATIVA), e aprovar matérias que são benéficas ao conjunto dos trabalhadores e à população brasileira (AGENDA POSITIVA). Soma-se a isso a defesa por uma Constituinte Soberana e Exclusiva para a Reforma Política, da Petrobras e dos bancos públicos, com a imediata apuração de todas as denúncias de corrupção no governo.

PAUTA NEGATIVA NO CONGRESSO

- PLS 327/14 – restringe o direito de greve no serviço público.
- PLP 92/07 – transfere para o setor privado áreas que são de responsabilidade do Estado (saúde, educação, segurança pública, etc).

- PL 4330/04 – amplia a terceirização no serviço público.
- PLS 432/13 – promove retrocesso na chamada PEC do Trabalho Escravo.
- PLP 302/13 – rebaixa direitos conquistados com a PEC das Domésticas.

PAUTA POSITIVA NO CONGRESSO

- PEC 555/06 - fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas do serviço público.
- PEC 170/12 – garante provento integral para servidor aposentado por invalidez.
- PEC 34/07 - Estabelece critérios para realização de concurso interno para ascensão funcional na Administração Pública.
- Decreto 8243/14 – garante mais participação, mais transparência e mais democracia na definição e gestão de políticas públicas. A Câmara dos Deputados aprovou projeto que susta o decreto. Mas a decisão final cabe ao Senado Federal.
- Projeto que regulamenta a Convenção 151 da OIT – ainda sem número na Câmara.
- PEC 271/13 – estabelece a isonomia nos benefícios entre os Três Poderes.
- PLS 121/09 – proíbe o assédio moral no serviço público.
- PL 5709/13 – anistia as horas da greve de 2012 e assegura a contagem do período como tempo de serviço e de contribuição para todos os efeitos.